

“As universidades, os centros de pesquisas e os serviços de aplicação ou de tecnologia, como estão organizados atualmente, não se ajustam a essa função. Moldados pelos valores, pelos modelos e pelos fins que prevalecem em instituições análogas nas nações hegemônicas, ignoram ou negligenciam essa necessidade” (p. 132).

É nos próprios centros dependentes que devem ser elaboradas as formas sociológicas úteis para romper a barreira da dependência, pouco importando se através da “revolução dentro da ordem”, ou pela “revolução contra a ordem”; o que importa é quebrar a dominação externa. Alcançar

“crescente autonomia de desenvolvimento econômico, sócio-cultural e político, é em si mesmo um objetivo relevante” (p. 133).

AMÉLIA TREVISAN

* *
*

MILIBAND (Ralph). — *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro. Zahar. 1972.

Para a compreensão de uma sociedade e das relações sociais que determinam o seu caráter, o estabelecimento do papel do Estado é de importância fundamental, já que é através do aparelho estatal que as classes dominantes exercem o poder sobre as demais parcelas da sociedade: mantendo o controle sobre os homens que dela fazem parte para consecução dos objetivos da classe dominante, o Estado exerce papel regulador das lutas internas existentes na sociedade.

Apesar desta importância, o Estado tem recebido pouca atenção dos estudiosos de Ciência Política do Ocidente. Isto se deve ao predomínio da corrente pluralista-democrática que parte da premissa de que o poder, nas sociedades ocidentais, é competitivo e todos os homens, diretamente ou através de associações, têm algum poder; ninguém tem um poder demasiadamente grande, já que nestas sociedades existem direitos regulamentados (sufrágio universal, garantia de direitos civis, direito à oposição) e em consequência nenhum governo, agindo em nome do Estado, deixará de levar em consideração estes grupos e de atender aos interesses conflitantes, assumindo assim o Estado o papel de “refletir” e reconciliar os interesses dos grupos existentes na sociedade.

Na tentativa de demonstrar a falácia desta concepção funcionalista é que surge a presente obra do cientista político Ralph Miliband, professor da *The London School of Economics and Political Science*, e um dos diretores do anuário *Socialist Register*, que, ao abordar com agudeza o papel que o Estado assume nas sociedades capitalistas avançadas, demonstra claramente o con-

trole que as classes dominantes efetivamente exercem sobre o restante da sociedade, através dos governos “democráticos”.

Na delimitação do plano da obra o autor parte da constatação do crescente aumento do poder do Estado, com a interferência na vida dos indivíduos, para analisar as concepções de Estado existentes na Teoria Política. Nesta análise destaca a concepção pluralista-democrática que, carregada de uma forte conotação ideológica, procura demonstrar que nas sociedades ocidentais inexistem classes dominantes, mas tão somente blocos de interesses

“cuja competição, que é sancionada e garantida pelo próprio Estado, assegura que o poder seja difuso e equilibrado, e que nenhum interesse particular consiga pesar demasiadamente sobre o Estado”.

Como alternativa correta diante desta posição, Miliband aponta em direção às correntes de interpretação marxistas que, no entanto, vinham sofrendo deficiências decorrentes de falta de renovação. Para ele, então, o Estado é o instrumento coercitivo de uma classe dominante, ela própria definida em termos de sua propriedade e de seu controle sobre os meios de produção.

O texto básico continua sendo *O Estado e a Revolução*, de Lenin, que elaborou a concepção sobre o Estado encontrada em Marx e Engels, aplicada à época do imperialismo. Além desta obra fundamental, temos somente a contribuição, aliás valiosa, de Gramsci e, mais recentemente, os trabalhos de Poulantzas, autor da “moda”, mas bastante criticado a partir de certas concepções estruturalistas que veicula em todas as suas obras.

Verificando estas deficiências, Miliband define o objetivo do presente trabalho como uma tentativa de recolocar a discussão sobre o papel do Estado dentro de uma perspectiva teórica correta — o que, de resto, é a contribuição mais importante e o aspecto que confere a este livro sentido e validade.

O estudo se dirige exclusivamente ao papel do Estado nas sociedades capitalistas avançadas que, segundo o autor, se caracterizam basicamente pelo alto índice de industrialização, com a maior parte dos meios de atividade econômica sob controle privado e sob a égide da democracia burguesa, regime político comum aos países de capitalismo avançado pelo menos a partir da II Guerra Mundial, distinguindo-os assim dos países sub-industrializados (como os da América Latina) e dos países onde prevalece a propriedade estatal (bloco socialista).

Segundo a concepção pluralista-democrática não existe nestas sociedades uma classe capitalista significativa que utilize o Estado como instrumento de dominação da sociedade. Levantando dados sobre distribuição de renda, bem como sobre origem de classe dos estudantes universitários e concentração da propriedade, verifica o autor que a maior parte da riqueza, nestas sociedades,

está em mãos de uma pequeníssima parcela da população, com tendência marcante e incontestável para uma crescente concentração, o que define a existência de uma classe dominante, com poder econômico decisivo.

Definida a existência e o caráter da classe dominante nas sociedades capitalistas avançadas, o autor passa a analisar as principais instituições do sistema estatal e a composição social das elites, verificando que o aparelho estatal é gerido pelos interesses da classe dominante. Especificando a análise para o nível dos governos, Miliband desenvolve brilhantemente a idéia de que todos os governos, de direita ou de esquerda, quando inseridos no quadro institucional das democracias burguesas, serviram sempre aos interesses empresariais, mesmo quando, eventualmente, as posições político-ideológicas dos grupos que ocupam momentaneamente o poder rejeitam a idéia de dominação da sociedade por uma classe — como no caso do governo da Frente Popular francesa, sob o comando do 1º ministro Léon Blum, na década de trinta. Estendendo mais ainda a sua análise, o autor enfoca mais detalhadamente o papel desempenhado pelo grupo dos servidores do Estado (burocratas civis, poder judiciário e forças armadas), entendendo o sentido de toda a sua atuação como de manutenção do *statu quo*, consciente ou inconscientemente.

Encerrada a análise dos componentes do Estado, Miliband, de posse de todos os elementos levantados anteriormente, aborda o problema da competição que existe entre os diferentes interesses existentes dentro da sociedade capitalista, refutando a tese da teoria pluralista de que existe uma competição perfeita entre o capital e o trabalho, não conseguindo nenhum vantagem decisiva que permita a qualquer dos lados um controle absoluto do Estado.

Não é, no entanto, apenas pelo dado da dominação econômica que a classe dominante mantém sua hegemonia sobre o conjunto da sociedade. Em muitos países as classes dominantes para manter sua posição, utilizam a repressão sistemática e contínua, o que não é o caso das sociedades capitalistas avançadas que, apesar de se utilizarem de diversas formas de repressão, admitem uma boa margem de oposição, somente reprimindo quando se coloca uma ameaça real ou imaginária ao Estado.

Por outro lado, para manter essa posição de dominação é necessário um profundo esforço visando criar um consenso nacional de que as idéias que tem as sociedades, digo as classes dominantes a respeito da sociedade são as que melhor servem ao interesse geral. Citando Marx, o autor diz que

“as idéias da classe dominante são em qualquer época as idéias dominantes”

em razão de que quem possui os meios de produção controla os meios de produção mental que Miliband denomina “agências de legitimação”. Partidos Políticos, meios de comunicação, instituições Educacionais, agências de publicidade, Igreja, etc.

Um dos instrumentos ideológicos mais utilizados para a consecução de seu objetivo é o nacionalismo. Segundo as classes dominantes todos os cidadãos devem obediência suprema a um interesse nacional que paira acima dos interesses das classes, nacionalismo esse definido como necessidade geral e formalizado em termos de cultos de símbolos, heróis e a uma “memória nacional” onde são glorificados os santos da burguesia.

Assim, após analisar a função do Estado na sociedade capitalista avançada e demonstrar a conotação ideológica que possui a corrente defensora do pluralismo democrático, o autor afirma que nas sociedades capitalistas avançadas existe um poder econômico privado e cada vez mais concentrado na mão de um grupo pequeno de pessoas; estas pessoas têm uma preponderância maciça na sociedade, no sistema político e na determinação da política e ação do Estado; a igualdade política, a não ser em termos formais, é impossível nas condições do capitalismo avançado; o Estado é o guardião e protetor dos interesses econômicos da classe dominante.

Analisando as direções em que se movem os regimes políticos destas sociedades, o autor aponta a tendência dos Estados capitalistas avançados para o autoritarismo conservador, devido à necessidade de manter um controle crescente sobre os indivíduos. Para isto, utiliza simultaneamente a reforma de pontos não essenciais à sobrevivência do sistema e a repressão:

“Quanto mais o Estado busca reprimir, maior é a oposição que deverá engendrar; quanto maior a oposição que engendra, maiores serão os poderes que deverá invocar. É ao longo desta linha que está a transição da “democracia burguesa” para o autoritarismo conservador” (pág. 329).

Em suma, um livro importante, embora com algumas falhas oriundas quase sempre de certa pressa nas generalizações. Levantando problemas e aprofundando questões essenciais, Miliband trouxe a discussão sobre o tema abordado para uma perspectiva mais científica, contribuindo para desmistificar a visão essencialmente ideológica do Estado capitalista, veiculada pelos “cientistas sociais” porta-vozes do sistema, inclusive nas sociedades dependentes que têm como uma de suas características básicas a importação destes modelos.

ARTUR PEREIRA CUNHA

* * *

KOSIK (Karel). — *Dialética do Concreto*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1969, 230 pp.

Embora a edição italiana do presente livro tenha sido lançada em 1965, e a brasileira há quatro anos, não se observou até agora sua inclusão entre os